

## Discurso de encerramento do XVI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil

### Conselheiro Antônio Corrêa de Oliveira

Em seu pronunciamento, o conselheiro Antônio Corrêa de Oliveira disse: “Neste encontro, sentimos o Brasil, de regiões muitas, de planuras e montanhas, de rios caudalosos e de áreas secas, de chapadas de rodovias imensas e de litoral extenso. De atividades diversas à procura de parâmetros, alicerçados na decência”. Ressaltou a relevância dos Tribunais de Contas na defesa do patrimônio público. Acrescentou que os controles dos bens públicos fortalece o regime democrático, dando-lhe base de segurança e de estabilidade. “Vivemos num momento em que a reflexão se impõe”, lembrou o conselheiro Antônio Corrêa, “em que órgãos como os Tribunais de Contas têm muito a fazer, a realizar, a conscientizar”.

Não houve para nós, integrantes do Tribunal de Contas de Pernambuco, senão alegria pela realização de Congresso, aqui no Recife, espelho da região nordestina e cidade que em suas ruas, praças, moradias, sintetiza o viver, trabalhar, desejar e sonhar de população a sentir impactos de influências, as mais várias.

Cidade que ao correr dos anos teve na água, elemento decisivo na sua formação. Água de rios e do mar. Do Capibaribe e Beberibe. De muitos matizes, preponderando o azul e verde, benéficos à curiosidade visual de quem a contempla.

Que sua história é um desfilar de acontecimentos, testemunha de fatos decisivos à sua personalidade rebelde, altiva e sobretudo, digna. Que, primeiro centro de cultura israelita, na América, teve o privilégio de abrigar pintores da envergadura de um Frans Post e de um Ekout, no período holandês e nos tempos atuais, Cícero Dias e Lula Cardoso Aires.

De revoluções, de padres ideólogos e libe-

rais, não temendo o arbítrio dos poderosos do dia. De amanhecer alegre, que gosta de ser ao pouco conquistada e de se entregar ao visitante, com cordialidade e doçura:

Que para Tobias Barreto, o teuto sergipano, tão presente em sua Faculdade de Direito, ou no mais que centenário teatro Santa Isabel, palco dos desafios poéticos entre ele e Castro Alves, é:

“A cidade valente

Brio da altiva nação.

Soberba, ilustre, candente

Como uma imensa explosão:

De pedra, ferro e bravura,

De aurora e formosura,

De glória, fogo e loucura...

Quem é que lhe põe a mão?”

Cidade que por mercê de Vs. Excias., senhores congressistas, teve o mérito de sediar o 16º Congresso dos Tribunais de Contas do País. Reunindo representações de todas as unidades federativas da República. E reunindo para discutir temas oportunos, e no afã de valorizar, concretizando desejos do regime democrático; que tem no homem a razão maior de sua existência e em busca de elementos vitais da nação e da sociedade. Homem que no entender de Renan “não pertence nem à sua língua, nem à sua raça, pertence a si mesmo porquanto é um ser livre, um ser moral”.

Sendo livre e moral deseja administrações que se coadunem com seus anseios. Sejam éticas, justas. Corretas, tendo na lei, o processo de renovação, de coesão em torno de princípios salutares capazes de representar o país no que ele tem de mais real, efetivo e incontestável.

Neste encontro, sentimos o Brasil, de regiões muitas, de planuras e montanhas, de rios



O conselheiro Antônio Corrêa de Oliveira encerra as atividades do XVI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil.

caudalosos e de áreas secas, de chapadas, de rodovias imensas e de litoral extenso. De atividades diversas à procura de parâmetros, alicerçados na decência.

Decência no administrar, no legislar, no fiscalizar, no aplicar as leis, no defender, intransigentemente, o patrimônio público.

E na defesa do patrimônio público, a relevância das Cortes de Contas procurando no caminhar atingir fins, normatizar, exercer função pedagógica, orientar para a correta apli-

cação dos recursos pátrios.

Imprescindível leis ajustadas à realidade e um Estado que segundo Rousseau deve “dar a si mesmo uma certa base para ter solidez, para resistir aos revezes que não deixará de experimentar e aos esforços a que estará obrigado para sustentar-se”.

O controle dos bens públicos fortalece o regime democrático. Dá-lhe base de segurança, de estabilidade.



Conduz à normalidade ao evitar a corrupção. Vivemos um momento em que a reflexão se impõe, em que órgãos como Tribunais de Contas têm muito a fazer, a realizar, a conscientizar.

As teses discutidas revelaram preocupação que domina a todos nós. A esperança de novos rumos. De vigilância fazendo aflorar em toda a verticalidade, o racional, na administração que tem na Carta Magna a inspiração maior.

Este Congresso teve o privilégio de contar com a colaboração, também, dos integrantes dos novos Estados, que chegaram trazendo preocupação e ao mesmo tempo ensinamentos de quem se preocupa com administração, em época, a mais desalentadora. De violação à lei. De incúria. De malversação. De escândalos. E de descrença.

De um país atingido pela recessão e a necessitar, urgente, de alento, de novas diretrizes para reconstrução.

A precisar de seriedade e de diligência. De responsabilidade, no empenho, para desenvolver esforços na reabilitação ética administrativa.

Pernambuco se elevou, se engrandeceu, em ter a sua capital, sede de reunião congregadora, na certeza de não haver sido, em vão, o trabalho de aferir métodos, harmonizar conceitos, contribuir para o fortalecimento de órgão essencial à vida nacional.

Sabemos que não se pode disciplinar sem ferir, sem contrariar. E o Tribunal de Contas se manifesta no interesse da moralidade administrativa.

O convívio do passar dos dias desta semana foi agradável, por aproximar e criar laços permanentes.

E quando a convivência mais forte se torna, eis que chega o término. O encerramento. A hora das despedidas e dos adeuses.

Vitor Hugo, com sua inteligência magistral, afirma, que muitas vezes, o homem confunde o desejo com o poder.

O Tribunal de Contas desejou fazer um congresso que atendesse à magnitude da palavra, pôde, dando o melhor de si, realizar este, a se concluir, em ambiente fraterno e de compreensão inclusive para superar as deficiências.

Se tivéssemos força, nós do Estado anfitrião, faríamos como Josué, paráramos o tempo

para usufruir mais a presença honrosa e digna dos ilustres participantes.

O tempo, porém, inexorável não permite esse intento.

Para João Cabral de Melo Neto:

“O tempo então é mais que coisa  
e coisa capaz de linguagem, e  
que ao passar vai expressando  
as formas que tem de passar-se”

E que dizer, neste momento final, em que cada um já pensa no regresso?

Dizer que aqui continuaremos, esperando outros contactos a trazer-nos alegrias, neste Recife de diversas cores, de azulejos, de praias sacudidas pelas brisas e farfalhar de coqueiros, de jornais que segundo Manoel Bandeira:

“O Capibaribe no Recife  
De todos é o jornal mais livre  
tem várias edições por dia,  
tantas quantas a maré decida”

De muitos sonhos que levou Carlos Pena a dizer:

“na mesa do bar Savoy  
o refrão tem sido assim:  
são trinta copos de chope,  
são trinta homens sentados,  
trezentos desejos presos  
trinta mil sonhos frustrados.”

E o Recife, síntese de Pernambuco, no entardecer de hoje, começa a sentir o vazio pela volta de sistema de vida que não se coaduna com os quatro dias deste conclave. Conclave de um viver afetivo. Que reuniu. Discutiu. Decidiu e indicou caminhos.

Nossos conterrâneos do interior, ao receberem uma visita, com sua linguagem franca, espontânea, declara-lhe: “sinta-se à vontade. A casa é sua”.

Foi o que fizemos.

Procurar identificá-los com o nosso meio, apresentando-lhes uma cidade que, em outras épocas, despertou a cobiça estrangeira e agora, retrato fiel deste Nordeste, de grandes potencialidades e enormes problemas.

Srs. Congressistas:

Recebam o muito obrigado e o abraço portador da amizade, do reconhecimento, da gratidão e da saudade dos que fazem o Tribunal de Contas de Pernambuco.

A saudade que no verso expressivo de Bilac, “é a presença dos ausentes.”